

Brasilidade Revolucionária – um século de cultura e política*

de Marcelo Ridenti

Utopias revolucionárias à brasileira

por Fabio Mascaro Querido**

Em países da periferia do capitalismo, a “imaginação” de uma comunidade nacional não decorre de um desenvolvimento econômico prévio, como nos países do centro do capitalismo, cujo protagonismo capitalista lhes garantiu as bases para a (auto) constituição de uma nação capaz de assim se reconhecer. Esta comunidade nacional constitui, ao contrário, uma construção “simbólica” complexa, forjada sob forte influência das camadas intelectuais e artísticas. A estes setores caberiam “imaginar” uma nação que, na realidade concreta, se apresentava como um arremedo de temporalidades históricas distintas, que atendiam às demandas do desenvolvimento internacional do capitalismo desde seus primórdios. No Brasil, por exemplo, as reflexões sobre o nosso “imaginário de nacionalidade” concorreu para a formação de múltiplas tradições de pensamento social e político, desde os “clássicos” G. Freyre, S. B. de Hollanda, Caio Prado Jr., passando por C. Furtado, F. Florestan, A. Cândido, até manifestações artísticas que percorreram o século XX, como as várias gerações modernistas, a partir de 1922.

O mais novo livro de Marcelo Ridenti, sintomaticamente intitulado *Brasilidade Revolucionária*, dá conta, com notável perspicácia, de uma das mais expressivas manifestações estético-políticas desta tentativa de pensar os alicerces da nacionalidade brasileira: a *brasilidade revolucionária*, que, sob formas e perspectivas relativamente distintas, representou uma importante camada da cultura revolucionária no Brasil, a partir do final da década de 1950. Trata-se, portanto, e este é o tema central do livro, não só de uma manifestação possível (dentre as várias outras) do senso de

* São Paulo: Editora UNESP, 2010. 192p.

** Doutorando em Sociologia, UNICAMP. End. eletrônico: fabiomascaro@yahoo.com.br

nacionalidade, senão de uma brasilidade pretensamente revolucionária, que pôde florescer em um lugar determinado no tempo e no espaço, buscando construir um imaginário utópico sobre uma nação que se gestava no espectro das ambivalências do processo de modernização.

Composto por cinco capítulos relativamente autônomos – embora vinculados por um fio comum –, o livro retoma sob novo patamar pesquisas anteriores do autor sobre as vertentes revolucionárias da cultura nacional (como no imprescindível *Em Busca do Povo Brasileiro*). Ridenti dá seguimento, assim, aos seus vários trabalhos no âmbito do que Lucien Goldmann chamou de “sociologia da cultura”, insistindo na necessidade de re-estabelecer as relações e/ou articulações dialéticas entre as transformações do contexto histórico-político do país (nas múltiplas versões da sua “modernização”) e a dinâmica espiritual da formação de uma subjetividade nacional-revolucionária, compartilhada por setores específicos da intelectualidade e dos artistas.

Para Marcelo Ridenti, a brasilidade revolucionária define-se, a despeito de sua heterogeneidade, por uma aposta comum “nas possibilidades da revolução brasileira, nacional-democrática ou socialista, que permitiria realizar as potencialidades de um povo e de uma nação”, como expõe o autor na introdução do livro. Por isso mesmo, embora já apareça em germe em autores como Everardo Dias (tema do primeiro capítulo, que parece um tanto deslocado do conjunto do livro), esta brasilidade revolucionária só pôde emergir efetivamente sob as condições de possibilidade abertas no período que vai do final da década de 1950 até 1968, com a intensificação repressiva da ditadura civil-militar instaurada em 1964.

Os primeiros impulsos desta brasilidade revolucionária vieram de iniciativas de intelectuais e artistas ligados ao PCB, cuja relação tensa com a direção partidária não os impediu de se beneficiar do prestígio e da organização das redes comunistas. Estes artistas e intelectuais comunistas contribuíram de forma decisiva para a transformação desta brasilidade revolucionária em uma verdadeira “estrutura de sentimento” – conforme o conceito de Raymond Williams –, formada no interior de uma geração crítica que almejou “responder” ao seu modo às possibilidades e às mudanças no processo de modernização em curso – tal como se vê no terceiro capítulo (*Brasilidade revolucionária como estrutura de sentimento: os anos rebeldes e sua herança*), certamente o mais importante e, além disso, o mais empolgante do livro.

Como demonstra o autor com muita acuidade no final do terceiro capítulo, a formação desta vertente específica da cultura moderna brasileira coincide com a emergência de novos setores sociais (como os descendentes de imigrantes, favorecidos pela relativa abertura do sistema educativo) no espectro da intelectualidade, que provocou transformações significativas na composição social dos grupos intelectuais. Ademais, esta “nova” geração intelectual se formou sob a vigência da Constituição de 1946, – interrompida em 1964. À diferença das camadas intelectuais diretamente afetadas pela Primeira Guerra e pela Revolução Russa, como é o caso da geração

de Georg Lukács – analisada com perspicácia por Michael Löwy na década de 1970 -, as mediações ético-culturais e político-morais da aproximação dos intelectuais brasileiros às utopias anticapitalistas, na década de 1960, eram bem outras: “as gerações universitárias educadas na vigência da Constituição de 1946 não tinham enfrentado qualquer traumatismo claro na época de sua formação – até o advento do golpe de 1964” (p.116). Havia, ao contrário, naquele período – e aqui está um dos alicerces sociológicos da tese do autor -, um clima democrático e de esperança (também estimulado pela Revolução Cubana, em 1959), “apesar da Guerra Fria e das desigualdades sociais seculares da sociedade brasileira, com os quais se esperava romper por intermédio do desenvolvimento, fosse ele desencadeado por um capitalismo de massas ou – no limite – realizado numa sociedade socialista” (p.116).

É aí, sob este contexto, que a brasilidade revolucionária manifesta-se em toda a sua plenitude, recorrendo ao passado e às raízes profundas do “povo” e da “nação” para lutar por um novo futuro. A rememoração do passado, quer dizer, das “raízes populares nacionais” – como o homem rural supostamente não contaminado pela modernidade urbano/capitalista -, servia como combustível “romântico-revolucionário” para tentar traçar um caminho alternativo de modernização, “que, ao final do processo, poderia romper as fronteiras do capitalismo” (p.89). Na perspectiva de Ridenti, recorrendo às reflexões de Michael Löwy e Robert Sayre (em *Revolta e Melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*), esta retomada de um passado idealizado pelos intelectuais e pelos artistas da brasilidade revolucionária, constitui uma espécie de “desvio” simbólico para pensar outro futuro, algo necessário em um país cuja própria construção imaginária estava em aberto.

Mas, afinal, qual o destino e a herança desta brasilidade revolucionária hoje? Para o autor, especialmente a partir da década de 1970, o avanço da indústria cultural transforma em *ideologia* a agora antiga *utopia* nacional-popular dos anos 1950/60. Numa palavra: a indústria cultural teria realizado pela direita as reivindicações à esquerda da brasilidade revolucionária, diluindo-a em versões despolitizadas e, sobretudo, subordinadas à lógica mercantil. Este esmaecimento da brasilidade revolucionária – que já havia sido anunciada pela emergência do tropicalismo, talvez o último suspiro desta estrutura de sentimento – pode ser bem percebido através da excepcional recepção brasileira, na década de 1980, da obra *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, de Marshall Bermann.

Como se vê no quinto e último capítulo do livro (Intelectuais na (re) democratização: Marshall Bermann e seu público brasileiro), a obra do autor norte-americano (que vendeu por aqui mais de 75 mil exemplares) encontrou eco tanto nos que buscavam um novo paradigma de engajamento (que deveria substituir a falência do “ciclo das vanguardas”), quanto entre os intelectuais que buscavam legitimar o abandono de qualquer forma de engajamento político. Esta última leitura estimulava outra relação com a modernidade nacional, bem diferente e menos romântica do que aquela

propagada pelos representantes da brasilidade revolucionária. É como se estivesse na hora, enfim, de assumirmos nossa modernidade, sem receios de abandonar o passado.

Ora, talvez o ponto mais alto do livro seja esta capacidade de re-iluminar as utopias do passado a partir do presente, ou seja, desde o ponto de vista do declínio de uma estrutura de sentimento cujas bases brasileiras e revolucionárias necessitavam de algumas condições de possibilidade para emergir. E é aqui, exatamente, com base nesta constatação, que se pode visualizar uma interessante (e polêmica) questão que o livro suscita: a construção da noção de brasilidade revolucionária – aliás, bastante ampla, a ponto de congregar manifestações estéticas e políticas tão diversas –, e a constatação do seu declínio enquanto “estrutura de sentimento”, parece levar à conclusão de que este processo deixou um “vazio” que, talvez, jamais poderá ser novamente preenchido, ao menos na perspectiva “emancipatória” original. A ausência de quaisquer considerações sobre o significado político e social do declínio da brasilidade revolucionária do ponto de vista das possibilidades que se abriram no novo ciclo das lutas sociais a partir dos anos 1980 parece confirmar esta sensação. Ainda que esta preocupação exceda a temática propriamente dita do livro, o presente (o “agora da cognoscibilidade” de que falava Benjamin) é sempre o horizonte sob o qual avaliamos as possibilidades não efetivadas do passado.

Neste particular, pode-se indagar também sobre a utilização do conceito de “romantismo revolucionário”, aplicado a setores da intelectualidade e dos artistas cuja busca das raízes populares genuínas parece bem distante dos exemplos que ilustram as análises (que lhes servem de referência) de Michael Löwy e Robert Sayre, quase todos ancorados numa recusa radical do capitalismo moderno, seja em sua versão liberal ou “nacional-popular”. Afinal, como conciliar a idéia de romantismo revolucionário, que implica a visão da revolução como ruptura qualitativa com a modernidade capitalista, com intelectuais e artistas próximos às concepções do PCB, do ISEB ou da CEPAL, cujo dualismo etapista é tributário das visões lineares, “progressistas”, da história? É claro que o conceito não se esgota nos exemplos concretos fornecidos pelos responsáveis por sua formulação, mas é nestes exemplos empíricos que se pode auscultar a singularidade concreta que dá vida às construções teórico-conceituais.

Afora estas pequenas e eventuais polêmicas, às quais estão sujeitas todas as escolhas e perspectivas interpretativas, o livro de Marcelo Ridenti contribui de forma valiosa para a rememoração das grandezas e misérias de tradições “revolucionárias” da cultura brasileira, algo fundamental para a discussão das possibilidades de uma perspectiva radical no Brasil (e na América Latina) de hoje. Além disso, a linguagem simples e clara, de tom professoral, detém o mérito inegável de conseguir comunicar com a nitidez e a fluência exigida pelo debate público, “abrindo-se”, por assim dizer, aos comentários e à crítica – que, como disse Walter Benjamin em *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão*, “atualiza” e complementa a obra original.